



Comunidade de práticas em bibliotecas públicas: trajetórias teórico-práticas para a construção de narrativas históricas, identitárias e de memória das bibliotecas populares do município de Niterói (RJ)

Community of Practices in Public Libraries: theoretical-practical trajectories for the construction of historical, identity and memory narratives of popular libraries in the city of Niterói (RJ)

Daniele Achilles Dutra da Rosa, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
daniele.achilles@unirio.br

Maria Lúcia Gonçalves, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
marialudcg@gmail.com

Ruyton Calheiro Peixoto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
ruylonc@gmail.com

Eixo 7 – VI Fórum de Bibliotecas Públicas

1 INTRODUÇÃO

A diversidade de transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e, sobretudo, informacionais e tecnológicas ocorridas na virada do século proporcionou o aumento de problemas vivenciados pelas instituições públicas. A crença de que a intermediação tecnológica resolveria uma série de problemas e entraves enfrentados por essas instituições, neste caso, pelas bibliotecas públicas, não resolveram os problemas já existentes, mas geraram outros.

Refletir sobre a situação das bibliotecas públicas no Brasil, permite-nos observar uma crescente política de sucateamento desses equipamentos culturais, fazendo, assim, emergir uma série de consequências individuais e coletivas. Isso significa dizer que tais bibliotecas se encontram em situação de crise desde sempre, como alertava Medeiros (2010).

Ao pensar na crise dos espaços públicos, cabe dizer que esses espaços são lugares onde os sujeitos se reconhecem e produzem opinião pública. São espaços em que se produz o debate público, fomentando o desenvolvimento humano, social, político e cultural. Assim, a partir da implementação das novas tecnologias voltadas para o incentivo da comunicação digital, esses espaços públicos são cada vez mais substituídos pela rede, que serve aos processos do capitalismo globalizado e do



neoliberalismo. Com vistas nisso, se fez necessário investigar, identificar e fomentar novos modos de produção de opinião, debate e de resolução de problemas no âmbito das bibliotecas públicas.

Schlesinger (2020) afirma que a esfera pública mediada pelos meios de comunicação de massa (meios impressos e pela televisão) moldava a forma de controle do discurso público por meio dos comunicadores, o que impactava na formação identitária e cultural dos sujeitos sociais. A partir do alargamento das formas de comunicação, isto é, da entrada dos meios digitais, uma série de novas lógicas se instauraram, bem como um conjunto de tensões se formaram, segundo Castells (2009). Neste contexto, Stuart Hall reflete sobre a identidade cultural na pós-modernidade:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada 'crise de identidade' é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2005, p. 7).

Quando Hall (2005) aborda essa crise de identidade e a fragmentação dos indivíduos, também é possível associá-las às instituições, afinal instituições também são pessoas. Os deslocamentos, a fragmentação, a descentralização dos processos e das dinâmicas de construção dos modos de vida, afetam diversos setores, como as instituições sociais, neste caso, as bibliotecas públicas, que já enfrentavam uma série de mazelas e entraves teóricos e práticos desde que foram criadas no tempo da colonização.

Definidas também como espaços de acesso democrático à informação e ao conhecimento (IFLA, 1994), as bibliotecas públicas devem fomentar ações e atividades voltadas para a educação, lazer, cultura, memória e cidadania. Mas, é notório a falta de aderência e ressonância social que essas instituições têm na maioria do território nacional. A esse respeito, com base na discussão epistemológica sobre o conceito de biblioteca apresentada por Alvaro López (2008; 2010), Achilles (2018)



indica que as bibliotecas públicas brasileiras sofrem também pela desconexão teórica e prática, isto é, com o distanciamento entre essas duas dimensões. Tal desconexão vem afetando as dinâmicas de construção e, por conseguinte, os múltiplos usos e funções que esse tipo de biblioteca pode ter. Nesse sentido, o projeto aqui apresentado, procura alertar bibliotecários do como é possível, através do compartilhamento de experiências, informações e conhecimentos, utilizando a metodologia COP, construir um grupo de comunidade de práticas em bibliotecas públicas, visando à efetivação da atuação participativa e colaborativa dos agentes envolvidos com essas instituições.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As bibliotecas públicas são, comumente, definidas como instituições que estão sob os cuidados do poder público e que prestam serviços e oferecem produtos à comunidade. Além disso, possibilitam o acesso à informação e ao conhecimento a qualquer cidadão de forma gratuita. E, se mantêm como instituições sociais, culturais e de memória interferindo nos processos de organização social. É possível também afirmar que essas instituições podem assumir diferentes papéis a partir das variadas demandas e usos, e isso depende, obviamente, de uma série de conformações das configurações sociais, políticas, econômicas, culturais e, sobretudo informacionais e tecnológicas que ocorrem de tempos em tempos.

Segundo a IFLA/UNESCO (1972, p.[1]) a “biblioteca pública é um produto da democracia moderna e uma demonstração prática na fé da democracia na educação universal como um processo de toda vida”. Essa citação endossa esse tipo de instituição como uma ‘agência’ que deve ser promotora da educação e da própria democracia. Mas, por que, na atualidade, essas instituições enfrentam tantos problemas e entraves ilustrados pela falta de aderência e ressonância social?

Esse questionamento foi o mote para o desenvolvimento do projeto de extensão, bem como tem possibilitado a cada dia perceber quais são as distintas formas de resolver, refletir e agir no que tange a tentativa de diminuir a desconexão teórica e prática. Com base na análise epistemológica sobre o conceito de biblioteca realizado por Alfaro López (2008; 2010), Achilles (2018) afirma que existe uma



situação contraditória no universo das bibliotecas que gira em torno da seguinte máxima: a biblioteca como espaço empírico em oposição à biblioteca como espaço teórico. A partir daí, revela-se uma lacuna, um hiato, que é denominada de desconexão teórico-prática, que interfere na construção dos modos de existência das bibliotecas públicas, como também no impacto que elas deveriam ter.

Nesse sentido, ao buscar uma resposta para tal constatação optou-se por refletir por duas importantes vias, isto é: a primeira anuncia a biblioteca pública como território, ou seja, como lugar antropológico, como alerta Silva; Achilles; Sabbag (2022); e, a segunda indica a biblioteca pública como lugar de experiência conforme teorizou Achilles (2018). A autora lança mão do conceito de experiência e vivência enfatizado por Walter Benjamin para pensar o *modus operandi* dessas instituições. E, Silva, Achilles e Sabbag (2022) ao problematizar a biblioteca pública como lugar antropológico ou não lugar, estabelecem relações da biblioteca pública como espaço público e democrático que deve servir à convivência e ao desenvolvimento do indivíduo, sendo assim, apropriadas por eles. As autoras abordam os conceitos baseando-se nas elaborações sobre lugar e não-lugar teorizados pelo antropólogo francês Marc Augé.

Ao pensar a biblioteca pública como território apropriado, ou melhor, como lugar antropológico é possível relacionar esse lugar com o conceito de biblioteca pública como espaço de experiência e memória, cunhado por Achilles (2018). Nesse sentido, a partir da metodologia de comunidade de práticas, é plausível também reconhecer as experiências e as vivências dos agentes envolvidos com as bibliotecas públicas e, em certa medida, registrar as práticas e as memórias desses agentes. Desse modo, o registro da memória serve de base para estruturar e fortalecer os elos entre os agentes (sujeitos sociais) e as instituições (bibliotecas públicas).

O conceito “Comunidade de Práticas” (COPs) foi desenvolvido por Jean Lave e Etienne Wenger, baseado no modelo social de aprendizagem humana, inspirado na Antropologia e Teoria Social (WENGER, 2010). Para Wenger, a aprendizagem envolve relações sociais, abrangendo neste contexto, os agentes envolvidos com as dimensões. Assim, COPs podem ser definidas como um grupo de pessoas que compartilham de um interesse, um conjunto de problemas, ou, até mesmo uma paixão



por algo em comum, e, a partir da troca de informações e experiências, aprofundam seus conhecimentos e especialidades nesta área por meio da interação contínua (WENGER, 2010).

Uma COP se estrutura a partir de três pilares, os quais se pode denominar dimensões, são elas: *Domínio* (aquilo que o grupo se preocupa e compartilha como um interesse em comum); *Comunidade* (quem se preocupa com o domínio, isto é, os agentes que interagem e constroem relações e interações baseadas na troca de informações e experiências a fim de aprofundar seus conhecimentos); *Prática* (o que fazemos com isso, ou seja, o que os membros da COP desenvolvem a partir da prática compartilhada).

Para Wenger (2002), a importância das organizações cultivarem as COPs está na capacidade de prover estruturas organizacionais capazes de lidar com questões relacionadas ao uso (consumo), a troca, a produção e disseminação do conhecimento. Uma COP permite que os agentes gerenciem conhecimentos necessários ao aprendizado e aprofundamento; criam uma espécie de elo entre a aprendizagem e os processos (ações e atividades); não se limitam à estrutura organizacional. Com base nisso, o projeto aqui apresentado, ao cultivar e fomentar a COP em bibliotecas públicas destaca elementos relevantes ao entendimento, são eles: *processo educativo* (conhecimento do público alvo que o projeto atenderia; escuta atenta às demandas, dilemas, entraves, oportunidades e encontros para troca de informações e experiências); *geração do suporte* (planejamento e cronograma de ações e atividades relativas à atuação do projeto junto ao sistema de bibliotecas); *organização e administração da COP* (previsão a curto, médio e longo prazo dos desafios e oportunidades); *dimensões da COP* (fomento no desenvolvimento do domínio, da comunidade e das práticas) e, por fim, *processos de avaliação* (reunião e aplicação de questionários para compreender como se deu o processo e o envolvimento dos agentes).

Com vistas nisso, é possível dizer que uma COP em bibliotecas públicas, tomando como base a sua aplicabilidade nas unidades do Sistema de Bibliotecas Populares de Niterói, localizado no Estado do Rio de Janeiro, se coloca como uma iniciativa e, ao mesmo tempo, como um grupo de aprendizes, de disseminadores e de



compartilhadores de informações, experiências e conhecimentos. Essas trocas agregam melhorias às práticas cotidianas, fortalecem os laços, reconhecem a importância dos agentes e de suas ações, se definem a partir de uma dinâmica caracterizada pela informalidade e pela formalidade dos processos; fomentam a naturalidade da ação participativa e colaborativa; propicia a aprendizagem libertadora e a autonomia dos sujeitos.

3 MÉTODO DA PESQUISA

O projeto apresentado nesta comunicação adota uma metodologia colaborativa associada à pesquisa social, teórica, exploratória e descritiva, de cunho qualitativo. Utiliza como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, a narrativa oral, bem como a aplicação da comunidade de práticas. Essa combinação garante a aprendizagem individual e coletiva de informações, experiências e conhecimentos. Ademais, potencializa a compreensão de diferentes problemas e realidades sob a perspectiva do estímulo ao pensamento crítico, desenvolvimento de capacidades de interação, habilidades sociais e negociação de informações. Assim, a COP oferece e se coloca como um procedimento metodológico de ensino e aprendizagem operado pelas conexões e elos entre os agentes que a compõem, diminuindo as lacunas da desconexão teórica e prática. E pode ser replicado em rede de bibliotecas públicas com a finalidade de que essas bibliotecas alcancem maior aderência e ressonância social.

3 RESULTADOS

Quanto aos resultados alcançados cabe destacar:

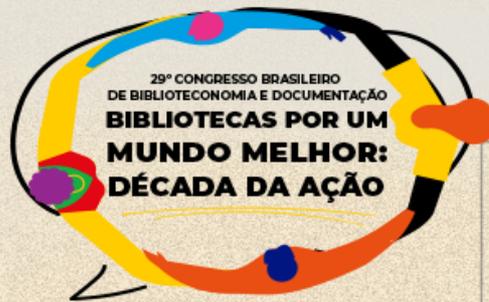
- a) O realinhamento dos profissionais com base na condução da COP em bibliotecas públicas;
- b) O projeto de formação continuada que reflete as demandas e necessidades pontuais das bibliotecas;
- c) O fortalecimento das relações interpessoais;



- d) A geração de novas atividades (serviços e produtos) para a rede de bibliotecas, principalmente durante o período crítico da pandemia provocada pelo COVID-19 (2020- 2021);
- e) A captação de novas parcerias interinstitucionais;
- f) A criação e consolidação da política de formação e desenvolvimento de coleções da rede;
- g) A realização do curso para auxiliares de bibliotecas com parceria com o projeto de extensão “Oficina de Biblio”, liderado pela Profa. Dra. Dayanne Prudencio, do Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO, contemplação de projetos nos editais de fomento à cultura no âmbito do Rio de Janeiro;
- h) A promoção da conexão entre pessoas e da interação interinstitucional, a partir de projetos associados, como o Projeto ArboControl, desenvolvido pela Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (FS/UnB) e pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Nesp/Ceam/UnB) sobre arboviroses (dengue, zika e chikungunya, doenças que compartilham o mesmo inseto vetor: o mosquito *Aedes Aegypti*).

A interação com o projeto ArboControl, a partir do componente 3 (Educação, Informação e Comunicação) permitiu o mapeamento da situação do município de Niterói no que tange a situação das doenças provocadas pelo arbovírus; a interação interdisciplinar, com pesquisadores da Região Sudeste do Brasil e a criação de produtos visando prover educação, informação e comunicação para as comunidades por via das bibliotecas públicas. Nesse sentido, foram desenvolvidos produtos, tais como: cartilhas, livros, podcast, aplicativo e vídeos, com intenção ativar, através da prevenção às arboviroses, a relação entre ciência cidadã, comunidade e bibliotecas públicas.

Ademais, cabe enfatizar que o trabalho desenvolvido através das ações da COP caminha para a prestação de contas à sociedade, bem como para a divulgação do trabalho da universidade junto às bibliotecas populares, resultado direto do esforço contínuo dos cinco primeiros anos de atuação do projeto.



No âmbito da comunicação científica, cabe destacar a produção de trabalhos para eventos acadêmicos, tais como:

- a) “Comunidades de práticas em bibliotecas públicas: o caso da rede de bibliotecas populares municipais de Niterói”, apresentado e publicado como comunicação oral e o trabalho no XVII EBAM – Encuentro Latino Americano de Bibliotecários, Archivistas y Museólogos;
- b) “A Biblioteca Pública e seu papel na formação de leitores – ações emancipatórias em uma comunidade do Rio de Janeiro” apresentado e publicado como banner em 2020 no no XVII EBAM – Encuentro Latino Americano de Bibliotecários, Archivistas y Museólogos;
- c) A publicação do artigo “Comunidade de práticas: revisão sistemática em prol das bibliotecas públicas” no periódico científico “Biblioteca Escolar em Revista”, em 2021 por Achilles e Kornalewski;
- d) A realização de *Lives* e reuniões com instituições externas para reflexões e troca de conhecimento e, sobretudo, geração de fortalecimento e sentido para o trabalho realizado pela Universidade e pelo Sistema de Bibliotecas Populares de Niterói.

5 DISCUSSÃO

A função de uma COP está para além de conectar pessoas, pode ser vista como um meio para fomentar a participação comunitária ativa. Isso decorre do esforço dos agentes, bem como do planejamento docente junto à equipe de gestores do sistema de bibliotecas. Cabe ainda informar que Wenger (2002) aponta sete princípios fundamentais que buscam contribuir com os objetivos organizacionais estabelecidos, são eles: 1) desenhar o modelo de COP pensando na sua evolução e no seu futuro; 2) manter o diálogo constante entre a perspectiva interna e a externa; 3) convidar diferentes agentes, instituições e setores da sociedade, estabelecendo níveis distintos de participação; 4) desenvolver os espaços públicos, assim como os espaços privados para a comunidade; 5) refletir e focar no valor da COP; 6) combinar elementos como familiaridade e estimulação; 7) criar um ritmo para a comunidade, principalmente no que tange a interação.



Esses princípios reforçam o caráter da COP e devem estar alinhados às demandas das comunidades para que os objetivos organizacionais planejados sejam alcançados. A partir daí, é possível destacar as vantagens e benefícios que a implementação de uma COP pode ter quando voltada às bibliotecas públicas. Desse modo, Wenger (2002) assinala como benefícios: a resolução de problemas; a otimização do tempo; a redução de custos; a melhoria da qualidade das tomadas de decisões; a maior percepção sobre os problemas; a sinergia entre unidades e agentes; a captação de recursos para implementação das estratégicas; a capacidade de assumir riscos; obtendo como ponto de apoio a própria COP; a execução do plano estratégico; capacidade de prover projetos de desenvolvimento humano; de informação, educação e geração de conhecimento; possibilidade de formar parcerias; observação de aspectos não esperados; capacidade de desenvolver novas vias de resolução de problemas. Assim, por essa via a atuação do projeto ocorreu.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da COP em bibliotecas públicas traz contribuições significativas para o desenvolvimento profissional, para a melhoria dos espaços, para o compartilhamento de conhecimentos, o fomento de redes de conexão entre os agentes, aprendizados para os especialistas, resolução de diferentes problemas; superação de desafios; desenvolvimento de perspectivas mais amplas para organização (WENGER, 2002).

Em suma, a COP em bibliotecas públicas tende a agregar valor a partir da vinculação entre teoria e prática profissional, enriquecendo a produção acadêmica na área, assim como interferindo diretamente na qualidade total do trabalho desenvolvido e prestado para a população. Além disso, direciona o entendimento sobre o espaço (território da biblioteca pública) na sociedade e desperta o interesse da comunidade em habitar esses espaços, interferindo também em sua representação social (PEIXOTO; GONÇALVES; ACHILLES, 2021).



REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele. **Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e experiência**. 2018. 282 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ACHILLES, Daniele. **Comunidade de práticas sobre bibliotecas públicas: trajetórias teórico práticas para a construção de narrativas históricas, identitárias e de memória das bibliotecas populares do município de Niterói (RJ)**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022. (Projeto de Extensão).

ACHILLES, D.; KORNALEWSKI, A. Comunidade de práticas: revisão sistemática em prol das bibliotecas públicas. **Bibl. Esc. em Revista**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 141-162, 2021.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. El obstáculo epistemológico y la biblioteca. In: **Coloquio de investigación bibliotecológica y sobre La información**, 25., 2008. Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas. Ciudad de México: UNAM, 2008.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. **Estudios epistemológicos de bibliotecología**. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010. (Teoría y métodos).

CASTELLS, M. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Ed, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IFLA/UNESCO. **Manifesto IFLA sobre bibliotecas públicas**. Paris: UNESCO: IFLA, 1972. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/documents/unesco-public-library-manifesto-1972.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MEDEIROS, Ana Lígia. Biblioteca e cidadania. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, ano 4, p. 11-46, maio 2010.

PEIXOTO, R. C.; GONÇALVES, M. L.; ACHILLES, D. Biblioteca pública, memória e representação social. CONINTER – CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 10, 2021. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2021.



SCHLESINGER, P. Afterthe post-publicsphere. *Media, culture&society*, v. 42, n.7-8, p. 1545-1563, 2020.

SILVA, R.; ACHILLES, D.; SABBAG, D. Biblioteca pública e o lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não-lugar? *Palavra Chave (La Plata)*, v. 11, n. 2, e158, 2022.

WENGER, Etinne. **Cultivating communities of practice**: a quickstart-upguide for communities of practice. 2002.

WENGER, Etinne. **Communities of practice and social learning systems**: the career of a concept. In: BLACKMORE, C. (ed.). *Social learning systems and communities of practice*. London: Springer, 2010. p. 179-198.

Agências financiadoras

Diretoria de Extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PROExC – UNIRIO).